

Extensão como Caminho para um Ensino Participativo

LUANA PAULA DE SOUZA BARROS

Faculdade IBMEC-RJ

JEFFERSON SIQUEIRA SILVA

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Resumo

Nas crises se evidenciam as disparidades existentes entre os grupos que compõem uma sociedade. Seja qual for sua origem, nas necessidades mais básicas do indivíduo poderá se tornar uma fissura irreparável no equilíbrio e desenvolvimento de uma sociedade como a brasileira. Dentre as mais básicas necessidades do indivíduo está o direito à Educação que mesmo regido em Constituição apresenta escassez para as classes menos favorecidas economicamente. Esse cenário é identificado no PNAD Contínua 2018 que apresenta a discrepância da formação acadêmica daqueles que tem acesso às tecnologias da informação em comparação aos que não as detêm. Neste momento, em que vivemos os efeitos do COVID-19 faz-se necessária a participação das ciências contábeis que sempre em momentos de grandes mudanças se renovou no propósito de atender a uma sociedade que buscava por informações que permitissem direcioná-la às melhores decisões. Mas afinal, o Ensino, a Pesquisa e a Extensão praticados na academia refletem ou indicam caminhos para estreitar os relacionamentos e levar a realidade à Universidade? Este artigo objetiva compreender como o ensino universitário poderá reavaliar sua relação entre a pesquisa e extensão, justificado pela participação da Comunidades locais em pesquisas e projetos universitários para permitir a aproximação e efetividade do ensino. Um dos caminhos é uma extensão efetiva através da interdisciplinaridade, não apenas vinculada às disciplinas da área das ciências sociais, mas expandida em suas conexões e fronteiras, comunicando-se com outras áreas do conhecimento, bem como outros setores da sociedade e, assim, justificar a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, pois refletirá as mudanças e as necessidades da sociedade.

Palavras-chave: COVID-19, Educação, Contabilidade.

1 INTRODUÇÃO

No período das crises estruturais e disruptivas que se evidenciam as disparidades existentes entre os grupos que compõem uma sociedade. Seja crise de origem de ordem econômica, étnica ou sanitária, como a pandemia do COVID-19 que convivemos, os aspectos sociais, o mais básico que houver, poderá se tornar uma fissura irreparável no equilíbrio e desenvolvimento de uma sociedade como a brasileira, cuja realidade é neste século ainda reparar as mazelas históricas de segregação racial, social e de gênero.

Dentre as mais básicas necessidades do indivíduo está o direito à Educação que mesmo regido em Constituição apresenta escassez na mesa das classes menos favorecidas economicamente. E como é possível atender os preceitos constitucionais? Como a Educação pode chegar às Comunidades pobres que muitas vezes circunvizinham universidades e muitas destas públicas? O Ensino, a Pesquisa e a Extensão praticados na academia refletem ou indicam caminhos para estreitar os relacionamentos e levar a realidade à Universidade.

O artigo em lide objetiva compreender como o ensino universitário poderá reavaliar sua relação entre a pesquisa e extensão, sendo justificada pela necessidade de participação das Comunidades locais em pesquisas e projetos universitários para permitir a aproximação e efetividade do ensino.

2 NO CAMINHO DA EXTENSÃO

Em cenários onde as crises já não são locais e dificilmente se restringem a microrregiões, elas possuem alcance global afetando as mais distintas dimensões, sendo estas econômicas, sociais ou culturais. Na globalização esquizofrênica apresentada por Santos (2000), os grupos mais vulneráveis que, já em situações de estabilidade econômica sofrem com precárias condições de desenvolvimento humano, quando em períodos de crise são expurgados e reduzidos a impossibilidade de mobilidade social, sendo necessário repensar um caminho mais sustentável.

A discrepância social no Brasil tem entre seus insumos um analfabetismo que atinge 7% da população e que mais de 70 milhões não completaram a educação básica, sendo que apenas na região Sudeste mais da metade a concluíram, mostrando também um abismo regional (IBGE, 2018). Esse mesmo distanciamento é mantido na avaliação do acesso às tecnologias de informação e comunicação (TIC) entre estudantes das redes pública e privada a qual identificou uma diferença nacional de 29%, tendo o Nordeste a maior delas: 42%.

A Educação é um Direito Social de todos e o ensino superior tem desde a primeira Constituição, promulgada em 1824, destacado papel no desenvolvimento e na concepção de uma nação cujo ensino seja de qualidade. Ao longo de dois séculos, as instituições criadas com o enfoque na difusão do ensino transformaram-se em componentes estruturais da sociedade. Ao refletir esta mudança, a atual Constituição, em seu artigo 207, estabelece que o ensino universitário tenha o Ensino, a Pesquisa e a Extensão como indissociáveis entre si, tornando-se, portanto o alicerce que permeia toda a sociedade (Constituição do Brasil, 1988).

Santos (2008), ao buscar identificar princípios para uma reforma democrática e emancipatória nas universidades públicas, destaca que para sê-la faz-se essencial a participação da Universidade, do Estado e dos cidadãos, sendo que este último tem a maior dificuldade de mobilização, por ver simbolizada na figura universitária uma elite

historicamente excludente. E para ser viável, o ensino universitário deve permear as necessidades sociais, principalmente daqueles que vivem à margem dos direitos sociais básicos.

Thiollent (2009) enfatiza a importância da aproximação entre o conhecimento teórico e a solução dos problemas reais, por meio de uma participação ativa e cooperativa de pesquisadores e pesquisados, já que por concepção aborda a pesquisa-ação sobre suas funções políticas e sociais associando-as às ações na resolução de problemas e na produção conhecimentos para ambos os lados da pesquisa, desde o contexto microssocial ao macrossocial. Desta forma, corroborando Freire (2005, p.78) ao criticar um modelo de “educação bancária”, busca-se retirar o estigma de simples “ouvintes” daqueles que são alvos na pesquisa.

Segundo o Ministério da Educação (MEC, 1997), as diretrizes curriculares nacionais devem englobar dimensões éticas e humanísticas que permitam ao aluno desenvolver atitudes e valores orientados à cidadania, dando ao seu currículo maior flexibilidade e uma visão holística, preparando-o para uma sociedade em transformação cada vez maior. Para favorecer a formação de profissionais capazes de se inserirem no mercado, bem como dotados de senso crítico, as reestruturações nos currículos e programas devem ocorrer (Chauí, 1990).

Ao se verificar o contexto contábil, sempre em momentos de grandes mudanças a Contabilidade renovou-se para atender uma sociedade que anseia por informações mais detalhadas e direcionadas às decisões das organizacionais. São estas informações que, segundo SZUSTER, N., CARDOSO, R.L., SZUSTER, F. R., SZUSTER, F. R., SZUSTER, & F. R. (2011), constroem a Contabilidade e a reafirmam como ciência social aplicada através das variáveis quantitativas e qualitativas do patrimônio de qualquer organização.

Lev (2018) alerta para a importância da função contábil em não estar distante de suas propostas e buscar tempestivamente, com novas formas reportarmos as informações ou de nos debruçarmos em informações novas. Por isso, o ensino da ciência contábil deve ser reflexivo, e buscar desenvolver a capacidade de análise crítica do aluno.

Para que este processo seja facilitado a interdisciplinaridade, não apenas vinculada às disciplinas da área das ciências sociais, mas expandir suas conexões e fronteiras. A Contabilidade não pode ser fragmentada e por atuar no âmbito Social, Ambiental, Rural, Público, Societário entre outros demanda comunicar-se com outras áreas do conhecimento, bem como outros setores da sociedade e, assim, justificar a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, pois refletirá as mudanças e as necessidades da sociedade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo objetivou compreender como uma Educação pautada na valorização da Extensão Universitária como caminho de transformação social e que por processos participativos entre a Universidade, por meio de seus alunos e professores, e a sociedade poderão compartilhar de melhores resultados e com pesquisas que contribuam efetivamente tanto para a academia quanto à Comunidade envolvida.

Neste momento de disrupção a interdisciplinaridade mostra-se como essencial na construção de projetos que expandam as fronteiras da Contabilidade, contribuindo para

melhorias na qualidade do ensino, formando profissionais capazes de posicionar como sujeitos críticos e multiplicadores de conhecimento.

REFERÊNCIAS

- Chauí, M. S. (1990). A universidade em ruínas. In: Trindade, H. (Org.). *Universidade em ruínas na república dos professores*. Petrópolis: Vozes.
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (1988, 5 dezembro). Recuperado em 10 de maio, 2020, de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- Freire, P. (2005). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Santos, M. (2003). *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. (10a. ed.). Rio de Janeiro: Record.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2018). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua*. Recuperado em 10 de maio, 2020, de: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=o-que-e>
- Lev, B. (2018). The deteriorating usefulness of financial report information and how to reverse it. *Accounting and Business Research*. Recuperado em 10 de maio, 2020, de: doi: 10.1080/00014788.2018.1470138
- Ministério da Educação. 1997. Parecer 776/1997. Recuperado em 10 de maio, 2020, de: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12986
- Santos, B. S., & Almeida Filho, N. (2008, outubro). A Universidade no Século XXI: para uma Universidade Nova. Coimbra. Recuperado em 05 de maio, 2020, de: <https://www.ces.uc.pt/bss/documentos/auniversidadedosecXXI.pdf>
- Szuster, N., Cardoso, R.L., Szuster, F. R., Szuster, F. R., Szuster, & F. R. (2011). *Contabilidade geral: introdução à contabilidade societária*. (3a ed.). São Paulo: Atlas.
- Thiollent, M. (2009). *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez.